

# Aripuanã: considerações preliminares

Expedito Arnaud (\*)  
Roberto Cortez (\*)

## Resumo

Considerações preliminares apresentando parcela dos resultados obtidos no decorrer de uma pesquisa antropológica exploratória efetuada na área do Projeto (ou Programa) Aripuanã, em novembro/dezembro de 1975. Seu desenvolvimento apresenta a seguinte seqüência: 1) O Município do Aripuanã; 2) Os índios do Aripuanã; 3) O Projeto Aripuanã; 4) O Núcleo de Humboldt; 5) Dardanelos.

## INTRODUÇÃO

Estas considerações preliminares apresentam parcela dos resultados colhidos durante a pesquisas antropológica exploratória realizada na área do Projeto (ou Programa) Aripuanã, Estado de Mato Grosso, em novembro/dezembro de 1975, pelo Grupo de Trabalho constituído dos autores e Lúcia Hussak van Veithem (incumbida da documentação visual), pertencentes à Divisão de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi. A excursão efetuou-se em decorrência de entendimentos havidos entre o Dr. Luiz Antonio de Albuquerque, então Supervisor do Projeto Aripuanã, e o Dr. Luiz Miguel Scaff, Diretor do Museu Goeldi, a partir de julho do mencionado ano, quando o Projeto já havia passado à responsabilidade do CNPq. Foi estabelecido o prazo de 40 dias para a equipe efetuar o levantamento antropológico preliminar com base num esboço de plano de trabalho que não foi traçado pelos autores, os quais se achavam excursionando nas regiões do Tocantins e Tumucumaque, respectivamente, quando ocorreram aqueles entendimentos. Contudo, a despeito da insuficiência de tempo para obter, antes da excursão, dados a respeito de uma região que desconheciam, através de fontes bibliográficas, documentais e contatos pessoais, concordaram os autores em integrar a equipe, considerando ter sido enfatizada, pelo Sr. Diretor do Museu, a necessidade da

presença da Divisão de Antropologia num programa de tal importância e pelo fato de não ter a instituição, na data prevista para o início da viagem, pesquisadores disponíveis em condições de executar o trabalho, cujo compromisso formal havia sido assumido. Assim sendo, procuramos conduzir o levantamento e a excursão sem obedecer integralmente o esboço do plano previamente traçado, mas na medida das possibilidades e da maneira que achamos mais conveniente. Como está registrado no Relatório de Excursão (Arnaud, et alii, 1976: 82-111) ocorreram cinco etapas de trabalho através do seguinte roteiro: Belém-Manaus-Cuiabá (5 a 14/11), Humboldt/Dardanelos, no rio Aripuanã (14 a 27/11), Fontanillas rio Juruena) - Cuiabá - Vilhena (Rondônia) (27/11 a 1.º/12), Humboldt/Dardanelos (1.º a 10/12), Cuiabá-Porto Velho-Manaus-Belém (10 a 20/12), durante a excursão de 46 dias.

## O MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ

O Estado de Mato Grosso com uma superfície de 1.231.594 km<sup>2</sup> e 1.597.090 habitantes acha-se dividido, segundo os critérios do IBGE, em 13 Micro-Regiões, sendo a mais vasta e a de menor densidade (0,10), com 625.001 km<sup>2</sup> e 65.779 habitantes, a Micro-Região Norte Mato-Grossense (332) composta pelos municípios de Aripuanã, Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Diamantino, Luciara, Nobres e Porto dos Gauchos (Mato Grosso, Sinopse..., 1971: 34-71). O Município de Aripuanã, por sua vez, com 140.078 km<sup>2</sup> e 2.231 habitantes (89 urbanos e 2.142 rurais), ocupa o segundo lugar em extensão entre os da própria Micro-Região e os do Estado, sendo o de mais baixa densidade populacional (0,02) (ibid.: 47). Situa-se entre 7° 19' 45" e 12° 22' 30" de latitude Norte e Sul, e 55° 54' 15" e 61° 31' 15" de longitude Leste e Oeste, limitando-se ao norte

(\*) — Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.

com os Estados do Amazonas e Pará, a leste com os Municípios de Diamantino, Porto dos Gauchos e Chapada dos Guimarães, a oeste com o Território Federal de Rondônia e ao sul com o Município de Mato Grosso. Pelo lado oriental é cortado, entre outros, pelos rios Juruena e Teles Pires (ou S. Manoel), formadores do Tapajós, e do lado ocidental pelos rios Roosevelt e Aripuanã, integrantes da bacia do Madeira, destacando-se no Aripuanã, entre numerosas cachoeiras e corredeiras, os saltos de Dardanelos e das Andorinhas, tendo o primeiro uma queda de 130 m de altura e um volume aproximado de 360 m<sup>3</sup> por segundo, com um potencial avaliado no período das chuvas em 600.000H.P. (Aripuanã — a terra ..., 1967: 14). Entre as principais elevações podem ser mencionadas a serra dos Apiacás entre o Teles Pires e o Juruena, a Cordilheira Norte entre o Juruena e o Aripuanã, e a serra da Providência entre o Roosevelt e o Jiparaná. O território do município é coberto por aproximadamente 90% da chamada "Floresta Amazônica", com as maiores reservas do Estado em seringueiras (*Hevea brasiliensis* Muell. A. G.) e castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.) (Campos, 1969: 67), com ocorrências de palmeiras como o babaçu (*Orbignya martiana* R. Rod.), o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), o inajá (*Maximiliãna regina* Mart.) e o patauá (*Jessenia pataus* Mart. Burret), bem assim de numerosas espécies de alto valor econômico como o mogno (*Svietenia macrophylla*, King.), freijó branco (*Cordia exaltata*, Lamb.), cedro (*Cedrela odorata*, Linn.), muiracatiara (*Astronium gracile*, Engl.), breu (*Protium* spp., *Tetragastris* spp.) aquariquara (*Minquartia punctata* (Padik) Sillimer), itaúba (*Mazilaurus itauba* (Meisan) Taub ex Mez), tachi preto (*Tachigalia myrmecophyla* Ducke) e faveiras (*Parkia* spp.), etc. (ibid.: 28-30). As informações sobre a fauna animal, terrestre e aquática, referem-se a existência, com relativa abundância, de mamíferos, aves e peixes característicos da região amazônica. Entre os minérios, além do ouro e do diamante, foram revelados indícios de ferro, manganês, titânio, tungstênio, silicatos e outros (D.N.P.M., Projeto RADAM, 1974).

As primeiras explorações nesse território teriam sido feitas em meados do século XVIII

por João de Souza Azevedo, Leonardo de Oliveira e Pascoal Arruda, descendo de Mato Grosso pelos rios Sumidouro e Arinos até o Tapajós, em busca de riquezas minerais (Arnaud, 1974: 6). Em fins do século XIX, época do apogeu da borracha, algumas frentes pioneiras procedentes do Norte, compostas na maioria por nordestinos, começaram a estabelecer-se nos seringais do município, havendo, em consequência, criado o Governo de Mato Grosso duas coletorias fiscais nos limites com o Pará e o Amazonas, provocando litígios cujo término ocorreu já na segunda década deste século, quando foi homologado pelo Congresso Nacional (Dec. 3.679 de 08/01/1919) o convênio de limites firmado pelos três Estados (Aripuanã, a terra ..., 1967: 3). Em 1932, foi criado o Distrito de Paz do Aripuanã, na Comarca de Santo Antônio do Madeira, como ensaio para sua futura elevação a Município; todavia, por não satisfazer as condições mínimas exigidas, foi extinto o Distrito e anexado ao de Tabajara, pertencente ao município do Alto Madeira (ibid.). O decreto 545 de 13/12/1943 restaurou o Distrito e criou o Município de Aripuanã, com terras do Alto Madeira, a quem no ano seguinte reverteu parte das mesmas face a criação do Território do Guaporé (atual Rondônia) (ibid.). Para sede do município foi inicialmente escolhido o lugar Angústura, na margem esquerda do Jiparaná, mas devido aquela retratação de limites, mais tarde a escolha recaiu no entreposto seringueiro de Panelas, na margem direita do Roosevelt, a 180 quilômetros da linha divisória com o Amazonas (ibid.). Considerando-se, porém, que o local só poderia ser atingido através de Manaus, mediante difíceis meios de navegação fluvial, a sede municipal desde sua criação sempre funcionou em Cuiabá, capital do Estado. Por causa da dificuldade de acesso ao seu território, Aripuanã permaneceu em quase completo isolamento em relação ao Estado de Mato Grosso, a ponto de haver sido denominado **a terra esquecida** e merecido do escritor Múcio Leão a frase: **Está localizado longe, muito longe, num lugar em que mesmo a nossa imaginação tem dificuldade de chegar** (ibid.: 1).

Por volta de 1966, ou seja, 23 anos após a fundação do município, é que o Governo de

Mato Grosso houve por bem elaborar um plano na tentativa de incorporá-lo à **vida econômica do Estado** (ibid.: 4). Nesse sentido **reestruturou a legislação do município** e nomeou para Prefeito **um velho piloto de táxi-aéreo (Amaury Furquim), conhecedor profundo de todo o território matogrossense**. Para futura sede municipal escolheu um local situado à altura do Salto de Dardanelos, antigo entreposto de borracha, distante 750 quilômetros em linha reta de Cuiabá e a 200 quilômetros da antiga sede (Panelas), que por essa altura já deixara de constituir um aglomerado populacional, pois possuía apenas **2 pequenas casas da Prefeitura** e uma pista para pequenos aviões, afora **algumas centenas de ranchos sem lavouras, assistência sanitária e escolar** disseminados ao longo do rio e igarapés (ibid.). Em seguida partiu uma expedição de Cuiabá, chefiada pelo Prefeito do município, a qual, assim que alcançou Dardanelos três meses após, aí construiu uma pista para aviões com 900 metros de extensão, algumas casas e iniciou a abertura de roçados, ao mesmo tempo que era iniciada uma estrada de penetração partindo da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) a fim de ligar Vilhena (Rondônia) a Dardanelos, distantes entre si cerca de 300 quilômetros (ibid.: 12-16).

Um ante-projeto de colonização, elaborado por técnicos do Governo de Mato Grosso, **das áreas devolutas em disponibilidade do Município, calculadas em 8 milhões de hectares** destinou um total de 2 milhões para **a maior colonização da história matogrossense, fixando milhares e milhares de famílias de agricultores, dentro de um plano completo de assistência do Estado**, divididas em 2 áreas com 1.000 lotes cada: uma delas tendo como eixo a estrada entre Vilhena e Dardanelos; e a outra tendo como **centro de convergência a própria sede municipal, a ser planejada com característica de cidade ecológica** (ibid.: 14-16). Em decorrência desse ante-projeto surgiu a lei estadual 3.307, de 28/12/1972, homologada pelo Senado Federal e regulamentada em 30/05/1973, passando as terras devolutas do município à responsabilidade da CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso). Esta, incontinente, colocou à venda os 2 milhões de hectares referidos, dividi-

dos em 10 grandes glebas de 200.000 ha cada, **ao acessível preço mínimo de Cr\$ 50,00 o ha a fim de levar a curto prazo o desenvolvimento a uma vasta região até então inexplorada** (Mato Grosso, do Garimpo... s.d.), tendo sido consideradas vencedoras as propostas apresentadas pelas seguintes empresas sediadas em São Paulo: Indeco S/A., Integração, Desenvolvimento e Colonização — 2 lotes de 200.000 ha, total 400.000 ha; Juruena Empreendimentos — 200.000 ha; Colniza — Organização Comércio e Indústria Ltda. — 2 lotes de 200.000 ha, total 400.000; e Oltzar — Empreendimentos S.A. (sucessora de Rendanyl) — 5 lotes de 200.000 ha, total 1.000.000 ha. À Prefeitura Municipal foram cedidas duas áreas para colonização agrícola: uma com 117.000 ha, à margem esquerda do Juruena, nas proximidades da recém fundada povoação de Fontanillas; e a outra com 65.000 ha à margem direita do Aripuanã (Colônia dos Patos), na área de Dardanelos, para divisão e entrega em pequenas glebas a agricultores (Ministério do Planejamento ..., 1973: 71). Segundo um mapa editado pelo Município (s/d), a fim de possibilitar a aplicação desse plano de colonização foram projetadas 3 rodovias: a BR-174 (federal), aproveitando no início o traçado da estrada já iniciada a partir da BR-364, prosseguindo rumo ao norte até atingir a Transamazônica no Estado do Amazonas; a segunda descendo de Tabajara (Rondônia) em diagonal transpõe Panelas (rio Roosevelt), Dardanelos (rio Aripuanã), cruza com a BR-174, atinge Fontanillas (rio Juruena) e através de uma ponte prossegue até Porto Feliz (Município de Diamantina), para se ligar a uma estrada municipal já existente entre Porto Feliz e a BR-364.

Ocorre que, apesar da dificuldade de acesso e da rarefação populacional do Aripuanã, antes da mencionada lei de 1972 já começara a demanda em torno de suas terras. Em 1950 existiam arroladas apenas 5 propriedades rurais, sendo uma pertencente a particular (39.129 ha) e 4 a entidades públicas mas ocupadas por particulares atuantes em indústrias extrativas **com as superfícies desconhecidas** (Brasil, Instituto ..., 1958: 73). Em 1972, entretanto, já haviam cadastrados pelo INCRA 472 imóveis rurais com 3.632.449 ha. E, tomando-se como base uma planta cadastral

publicada pela firma Ramis Bucair Cuiabá (s/d), em que pesem as restrições que possam ser feitas sobre sua completa veracidade, cerca de 2/3 das terras do município já possuíam proprietários ou requerentes, ou seja, cerca de 90.000.000 ha, um total portanto muito acima do apresentado no cadastramento do INCRA, sem falar nos lotes com 2 milhões de hectares vendidos àquelas 4 grandes empresas que não estão assinalados nesse mapa.

#### OS ÍNDIOS DO ARIPUANÃ

As primeiras informações sobre os índios de origem Tupi, conhecidos pela denominação geral de Kawahib ("*Cawahiwa, Cabahiba, Caujuahipe, Cahuahiva*"), teriam começado a surgir em fins do século XVIII, quando eles habitavam entre a confluência dos rios Arinos e Juruena e na embocadura do São Manoel (ou Teles Pires) (Nimuendaju, 1948 : 283). Tais informações, porém, sempre foram escassas **sobretudo porque nunca viveram eles às margens de um grande rio, ao contrário de seus vizinhos Apiaká** (ibid.). Um manuscrito anônimo de 1857, relacionado a 1797, traz apenas o seguinte registro: **Cabahiba — língua geral, situada abaixo dos Apiaká, perto da confluência do Arinos e Juruena**; Castelnau (1850-59) diz que, no início do século XIX, **os Cabaivas cultivavam consideráveis plantações a oeste do Juruena, mas estavam localizados mais a frente do rio que as tribos Tamepugas, Urupuyas, Macuris e Birapaçaparas**; e Ayres de Casal, em 1817, assim os menciona: **para o norte dos últimos (Apiacás) vivem os Cabahybas que falam a mesma língua** (ibid.).

Após a destruição dos **Cabahiba** pelos Mundurukú, os Tupi-Kawahib foram estabelecer-se no rio Branco, tributário esquerdo do Roosevelt, dirigindo-se em seguida para o seu atual território em ambas as margens do rio Machado (Lévi-Strauss, 1948 : 299). Os grupos mencionados por **Rondon e Nimuendaju**, que **eram clãs com localizações distintas**, ou sejam, **os Wiraréd e os Paranawát (Paranauaa)** estavam estabelecidos num afluente esquerdo do Riosinho; os **Takawatip e os Eriwahum** ou **Takawatip** encontrados por Rondon no rio Machado, aí viveram até 1925, quando seus últimos membros mudaram-se para o

Posto Telegráfico Pimenta Bueno; os **Apotewat**, em 1938 estavam vivendo no alto Cocal entre o Riosinho e Tamuripa; os **Tucumanfét** estavam situados mais abaixo; no rio Muquí os **Paranawát**, que somavam 100 e tinham recusado entrar em contato com os **brancos**; os **Mialat** com 16 membros estavam localizados no alto rio Leitão; os **agora extintos Jabotiret**, **estavam antigamente aldeados entre o alto Cocal e o Riosinho** (ibid.: 300). Os Tupi-Kawahib declinaram rapidamente em população dentro de pouco tempo, pois, dos 2.000 a 3.000 indivíduos que poderiam constituir o grupo inteiro há 30 anos, 100 ou 200 sobrevivem; e os 300 indivíduos que compunham o clã **Takawatip**, **em 1915 foram reduzidos em 10 anos a 59 indivíduos (25 homens, 22 mulheres e 12 crianças)**, e **em 1938 eram apenas 5 homens, 1 mulher e 1 menina** (ibid.: 229). Epidemias de gripe, em 1918-20, teriam sido responsáveis pelo declínio da população; e a poliomielite poderia também ter atingido a região, considerando-se os casos de "paralisia das pernas" observadas em 1938 (ibid.). Nos dias atuais, os Tupi-Kawahib vêm sendo de modo geral divididos em 2 grupos distintos: **Cintas-Largas devido o largo cinto de casca de árvore usado pelos homens da tribo**, na maioria localizados nos  **cursos dos rios Roosevelt, Eugênio e Tenente Marques** (Chiappino, 1957 : 9); e **Suruí**, segundo **Francisco Meirelles**, **porque os Gaviões do rio Lourdes (tributário do Jiparaná), assim os mencionam**, também chamados "Cabeças Secas ou Bocas Pretas", porque tatuam-se e pintam-se em redor da boca (ibid.: 38). Os **Suruí** definem como seus tradicionais inimigos os "Pacini" (Cintas-Largas) e os "Moju" (talvez os Gaviões) como seus atuais inimigos **vindos do Nordeste em direção da BR-164** (ibid.).

A respeito da população total desses índios, as estimativas de quando em vez divulgadas através da imprensa têm apresentado números possivelmente exagerados, geralmente variando entre 4.000 a 5.000 indivíduos. Chiappino (1957 : 9), entretanto, referindo-se apenas aos **Suruí** e aos **Cintas-Largas** exibe números muito mais baixos. Conferiu 250 **Suruí** em **dois dos grupos que compõem a tribo**, os quais somados **aos grupos nômades**

variando de 30 para 40 indivíduos, podem apresentar um total de 400 a 500, mas com ressalva pois **devem ter sido grandemente diminuídos por epidemias**; e os Cintas-Largas, por meio de dados fragmentados, estimou-os também entre 400 a 500. Quanto à língua, permite-se dizer que os Suruí e os Cintas-Largas estão filiados ao "grupo Mondé", podendo ser agrupados com os Tupi meridionais, mas não se entendem mutuamente, a não ser através de **umas poucas palavras de seus vocabulários**, e os Cintas-Largas também não se entendem com os Gaviões (ibid.).

As dificuldades de acesso onde se acham localizados pareciam possibilitar aos Cintas-Largas, Suruí e outros grupos vizinhos, conservarem um relativo isolamento, mantendo apenas (consoante informações pessoais) ocasionais contatos (pacíficos e/ou armados) com seringueiros, castanheiros e *caçadores de peles*. Acontece que, em 1963, uma expedição da firma Arruda Junqueira Ltda., instalada à margem esquerda do Juruena, que penetrara na mata sob pretexto de **colher a planta medicinal conhecida como poaia e borracha e verificar a existência ou não de minérios preciosos**, massacrou 17 índios Cintas-Largas ("massacre do paralelo 11"), tendo o denunciante do massacre (Pe. jesuíta Werner) declarado que, de há muito, os homens da citada firma vinham **dizimando os índios com bombas de dinamite... e dando-lhes como presente sacos de açúcar envenenados com arsênico** (Chimanovitch, 1972). Em consequência da denúncia verificou-se um volumoso processo de 1.000 páginas, que resultou na condenação, a 11 anos de prisão, de apenas um dos participantes da expedição, posteriormente indultado (ibid.). No entanto, as primeiras providências governamentais para evitar a continuidade de tais acontecimentos e para a garantia da integridade das áreas indígenas da região, foram surgir após a criação da FUNAI, em 1967. Inicialmente, surgiu o decreto 62.995, de 16/07/68, interditando uma grande área situada entre a margem direita do Roosevelt e a esquerda do Juruena, para efetuar a **pacificação dos grupos Cintas-Largas e Nambikwaras**. Logo em seguida, pelo decreto 64.860, de 23/07/69, foi criado o Parque Indígena do Aripuanã **com a caracte-**

**ristica principal de área reservada aos índios Cintas-Largas e Nambikwara, para os efeitos do art. 106 da Constituição**, tendo sido estabelecido o prazo de 2 anos para a FUNAI apresentar **projeto de redução da área reservada, desde que julgada excessiva às necessidades dos índios que a ocupam**. Ao mesmo tempo, foram iniciados os trabalhos de atração dos Cintas-Largas e Suruí pelos sertanistas Francisco e Apoena Meirelles, através dos Postos Sete de Setembro (margem esquerda do rio Branco), Roosevelt, Serra Morena e da Base de Riosinho (margem da BR-364), alcançado resultados favoráveis nos contatos efetuados, com dificuldade porque os intérpretes não conseguiram de pronto realizar entendimentos verbais com os índios (Invasão selvagem..., 1971). Não cessaram, porém, as invasões, sobretudo partindo do Território de Rondônia, na área indígena situada entre a BR-364 e a margem esquerda do Roosevelt, não referida naqueles decretos, inclusive por parte de empresas de colonização e mineração, havendo uma delas (Imobiliária Itaporanga) vendido glebas no interior dessa área apesar disto ter sido declarado ilegal pelo INCRA, FUNAI e Governo de Rondônia (Índios mataram..., 1971). Talvez em consequência do exposto e/ou de outros motivos não apurados, os índios Cintas-Largas e outros não identificados, atacaram uma *colocação* de seringueiros e por duas vezes o Posto Roosevelt, causando mortes, inclusive de servidores da FUNAI (Chimanovitch, 1971). Para os índios que aceitaram a convivência pacífica com os brancos os resultados foram os mais negativos, como geralmente ocorre. Chiappino (1975 : 8), que em 1972 acompanhou **alguns grupos nômades Suruí**, informou não ter podido visitar nenhuma de suas aldeias porque as epidemias os haviam dispersados; e que, no Posto Roosevelt, esteve em contato com **um pequeno grupo de Cintas-Largas, remanescentes de um importante grupo de 100 pessoas que foram dizimadas por uma epidemia** (ibid.). Por sua vez, Francisco Meireles informou que, em 1973, o sarampo estava matando os Cintas-Largas, sem que se pudesse constatar o número de mortos, porque os índios ao sentirem-se atingidos pela moléstia internaram-se na mata (Francisco Meirelles..., 1973). Face

ao dispositivo estabelecido no art. 2º do Dec. 64.860 de 1969 surgiram em 24/12/74 dois Decretos: o de nº 73.562 com vigência de 2 anos, interditando para fins de pacificação dos grupos Cintas-Largas, Suruí, Arara, Gavião e Erikpassá, duas áreas — a primeira abrangendo terras de Rondônia e de Mato Grosso, entre a BR-364 e o Roosevelt, e a outra entre o Aripuanã e o Juruena; e o de nº 73.563 reduzindo e prescrevendo novos limites para o Parque Indígena do Aripuanã, para reunião dos índios aí situados e nas duas áreas interditas. A transferência de todos os grupos indígenas para os limites do Parque, vários deles ainda não contactados, sem falar nas consequências desastrosas que via de regra fatos de tal natureza costumam causar para os índios, naturalmente que não poderia se processar em prazo tão curto. Por outro lado, tais delimitações parece que já se verificaram tardiamente, haja vista que já existiam numerosos *posseiros* e *grileiros* no interior da área indígena, em Rondônia, os quais, portando armas, interromperam a demarcação que a FUNAI vinha efetuando. De acordo com o amplo noticiário que vem ocorrendo a respeito, a redução da área indígena para permanência de vários dos posseiros, geralmente empurrados pelas grandes empresas na luta pela posse da terra, e a retirada de outros para uma área diferente, proposta por ocasião de uma reunião havida em Rondônia, não foi bem aceita pelos invasores. Assim, o estado de tensão entre os Suruí e *colonos* prossegue, tudo indicando que dificilmente ocorrerá uma solução plenamente satisfatória em favor dos índios.

#### ○ PROJETO ARIPUANÃ

Conforme foi mostrado no primeiro capítulo, as primeiras iniciativas para a integração da região do Aripuanã na vida econômica do Estado foram tomadas pelo próprio Governo de Mato Grosso. Todavia, a criação do Projeto do Aripuanã, ocorreu após a publicação pelo Governo de Mato Grosso de um anteprojecto do professor Pedro Paulo Lomba, em julho de 1972, versando sobre a **ocupação racional da Amazônia** (Pacheco, 1975).

Por ser um território de grande extensão, potencialidade e rarefação demográfica, Ari-

puanã foi pensado como desfrutando de condições ideais para a implantação de um vasto programa **racional de colonização apoiado em bases científicas**, segundo seu idealizador, como **modelo para viabilizar o surgimento de uma nova era econômica para a Amazônia**, mediante uma integração **diametralmente oposta à da Transamazônica e à filosofia de estradas** (Lomba, 1973 : 74; 1975 : 7). A proposição foi bem acolhida no Ministério do Planejamento, surgindo, em consequência, o Projeto Aripuanã: um convênio interministerial firmado, em 24/01/73, pelos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior da Educação e Cultura e o Governador de Mato Grosso, visando estabelecer as bases para o **planejamento racional e sistemático** do referido município, possibilitou a elaboração de um **programa de trabalho integrado** que consubstancia o chamado Projeto Aripuanã, o qual passou a ser considerado como de grande importância e alvo de enorme expectativa, figurando inclusive no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — 1973/74. As atividades de coordenação e execução dos trabalhos foram atribuídas a quatro organismos com responsabilidade direta no empreendimento: Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IPEA), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), tendo sido a Gerência Geral entregue ao Professor Pedro Paulo Lomba. O primeiro objetivo do Projeto seria estabelecer uma **máquina produtora de engenhos que funcionassem superando os fatores ambientais negativos, tirando partido integral dos fatores ambientais positivos** (Lomba, 1975 : 6). Sua execução foi pensada através da implantação de **clareiras gigantes, pré-dimensionadas, interligadas por redes rodo-energéticas e de comunicações, e separadas por imensas áreas verdes, destinadas à implantação de empresas subflorestais (imersas na floresta)** (Lomba, 1973 : 75). Para a primeira etapa do Projeto foi prevista a implantação de **três clareiras gigantes**, sendo a primeira (**clareira pioneira**) ao lado dos saltos de Dardanelos e das Andorinhas (10° 19' 42" Sul — 59° 12' 30" Oeste),

na zona central do Município, que abrigará um centro de planejamento dinâmico (econômico, tecnológico e ecológico): a cidade-laboratório de HUMBOLDT, dimensionada para 1.000 habitantes, a ser ocupada por técnicos, cientistas, trabalhadores locais e pequenos agricultores, atuando como ponto de apoio à navegação aérea e fluvial para lançamento e recolhimento das expedições terrestres (ibid.). As outras duas clareiras foram projetadas em função da estrada BR-172, uma à margem esquerda do Juruena (Colônia Agrícola CINTA-LARGA), e a outra na área interpolar (Colônia GAVIÃO) (ibid.).

Humboldt, portanto, foi concebida como parte de um vasto e ambicioso plano no qual representaria **do ponto de vista político internacional... a resposta concreta do Brasil ao programa dos 14 pontos**, aprovado pelo Conselho Internacional de Coordenação do Programa sobre o Homem e a Biosfera, reunido em Paris (1971), sob os auspícios da UNESCO, **indicando que a exploração dos recursos naturais da América Latina deve ser objeto de intensa investigação científica e tecnológica** (Lomba, 1973: 77). Outra vez discutido em junho de 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente (Estocolmo), o referido programa foi transformado, sob influência da delegação brasileira, numa **declaração de 36 princípios** (ibid.). Humboldt representaria a **conjugação perfeita dos princípios 12 a 17, que unificam a preocupação com o desenvolvimento econômico à de preservação e melhoria do meio-ambiente, responsabilizando entidades nacionais de planejamento pela formulação de políticas regionais para o aproveitamento racional dos recursos naturais do planeta** (ibid.: 78). A implantação em fases sucessivas desse Núcleo, dentro da primeira etapa do Projeto, permitiria desenvolver, segundo se pensava, **de forma racional e sistemática, programas especiais de pesquisa no município**, referentes a aspectos minerais, energéticos, florestais, pedológicos e de aproveitamento das terras, cogitando-se que a execução das pesquisas básicas deveriam ser complementadas **com estudos econômicos que possibilitassem o desenvolvimento de projetos racionais de colonização pela iniciativa privada e a abertura de novas estradas**, com men-

ção especial à BR-172 que possibilitaria a ligação de Vilhena, em Rondônia, a Aripuanã, até o rio Canumã e daí a Manaus, cruzando a Transamazônica (Ministério do Planejamento, 1973: ...). Além da área de 60.000 ha (lei est. 3.236, de 19/10/72), o Governador do Estado teria ofertado ao Projeto mais 200.000 ha, em torno de Dardanelos, **para pesquisa e desenvolvimento**, considerando-se que o Projeto deveria envolver a parte urbana da própria municipalidade (Ministério do Planejamento, 1973a: 70-75; 1973b: 8).

Acontece que, desde cedo, começaram a surgir problemas dificultando o desenvolvimento harmônico do Projeto de acordo com as bases estabelecidas no convênio. Com respeito à área de 60.000 ha, acima referida, vários cidadãos, que se identificaram como proprietários de glebas aí existentes, impetraram uma ação no âmbito da Justiça Federal, acusando **o Governo Federal, a CODEMAT e o INCRA de desconhecem seus direitos ...**, tendo sido, porém, a ação contestada pelo Governo do Estado (Ministério do Planejamento ..., 1973a: 71). A Prefeitura, por sua vez, não abriu mão do controle sobre a parte urbana da municipalidade (Vila de Dardanelos), assim como da área situada em torno da mesma onde já vinha tentando aplicar um plano de colonização. Também não possibilitou que a Gerência passasse a controlar o processo migratório no âmbito local, conforme era desejado pelo Projeto, expurgando-o de elementos considerados **indesejáveis** pelo mesmo. Em contraposição, o Gerente e sua equipe começaram a criticar o Governo do Estado, Prefeitura, CODEMAT e SUDECO, acusando-os de estarem antecipando a **quarta etapa do Projeto Aripuanã, à primeira, à segunda e à terceira**, no momento em que foram vendidos os 2 milhões de hectares de terras a 4 grandes empresas (Lei estadual 3.307 de 28/12/72), abrangendo **acidentalmente um dos lotes ... a própria cidade-laboratório** e destinando a maior parte dos recursos à construção de obras públicas em Cuiabá, **e apenas 15% para serem investidos em Aripuanã** (As pequenas ..., 1975). Também foram criticados o Governo do Estado e a Prefeitura porque **tratavam de desenvolver um plano agropecuário** cortando terras indígenas e a área reser-

vada para o Projeto, e abrindo uma **inútil estrada entre Dardanelos e Fontanillas** (Lomba, 1975 : 6). Ao mesmo tempo, problemas internos causados em parte pelo retardamento na liberação de verbas, segundo fomos informados, assim como pela falta de experiência administrativa de elementos que atuavam no âmbito do Núcleo de Humboldt, foram surgindo continuamente, e a execução do Projeto, que mal havia sido iniciado, entrou em crise, chegando a ser aventada sua extinção. Com o afastamento do Gerente o Projeto passou à responsabilidade da SUDECO, em dezembro de 1974. Nessa fase, entre as pesquisas ocorridas em função do Projeto, podem ser mencionadas as que forem efetuadas pelo Instituto Evandro Chagas (Belém-Pará) e pelo Projeto RADAM.

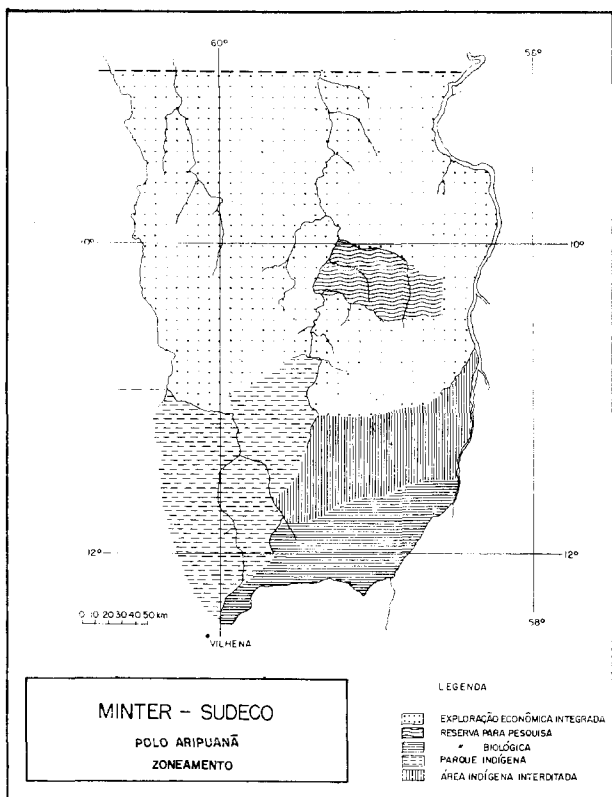
Através da Portaria Ministerial nº 38 de 1º de abril de 1975, firmada pelos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral, Interior e Educação e Cultura, o Projeto Aripuanã passou a **integrar as atividades coordenadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, órgão subordinado à Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a fim possibilitar a dinamização das pesquisas na área em questão, com as demais atividades e programas, segundo disposições contidas na Portaria, a serem implementadas consoante os **objetivos e diretrizes** do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), sendo atribuídos à SUDECO, Governo de Mato Grosso e outros órgãos atuantes na região. No CNPq, o Programa Aripuanã ficou subordinado à Superintendência de Implementação de Programas (SIP), mas recentemente (26/01/76) foi transferido para a esfera do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), instituição de pesquisas do CNPq sediada em Manaus sob cuja responsabilidade encontra-se desde então.

Logo após a passagem para o CNPq, a coordenação do Programa Aripuanã, com base num documento elaborado pela firma SPL S/A., estabeleceu um esquema para ser desenvolvido com a cooperação de aproximadamente 20 órgãos distintos e de terceiros, que em linhas gerais resume-se em: *finalidade* — desenvolvimento e integração homem/meio, consolidação do núcleo logístico para apoio e

experimentação; *meta* — ocupação de Humboldt, desenvolvimento social, promoção e inovação científico-tecnológica, disseminação de informações científico-tecnológicas, reconhecimento científico da área; *objetivo* — facilidade infraestruturais, promoção de recursos humanos nativos, elevar o nível cultural, promover a melhoria das condições de saúde, elevar o nível das condições de vida, evitar a exploração predatória do subsolo, fauna e flora, orientar racionalmente as empresas, etc.; *sub-objetivo (programa)* — potencial hidro-elétrico, urbanismo, arquitetura, integração do caboclo e do índio, controle de doenças infecciosas, ecologia, culturas de subsistência, política de colonização, etc. No decorrer do período compreendido desde a passagem para o CNPq até o término da presente observação (abril-dezembro 1975), com base no novo esquema estabelecido foram efetuadas as seguintes pesquisas: Centro Tecnológico de Madeiras — São Paulo — estudos preliminares para instalação de uma Serraria no Núcleo Pioneiro e de um laboratório de anatomia de madeiras em Cuiabá e **cadastro das espécies lenhosas** na área do Programa Aripuanã; Universidade de São Carlos, São Paulo — pesquisas sobre aspectos biológicos e hidrológicos de alguns ecossistemas aquáticos da região é sobre a biologia de lepidópteros; Centro de Estudos e Planejamento do Cacau (CEPLAC) — levantamentos pedológicos preliminares; Instituto Evandro Chagas (Belém-PA) — prosseguimento das pesquisas biomédicas na área de Dardanelos; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) — prosseguimento das pesquisas imuno-alérgicas ao longo do Aripuanã e afluentes; Projeto Jaboticabal — observações iniciais para criação de aves poedeiras, cultura de milho, sorgo e mandioca, e Museu Paraense Emílio Goeldi — levantamento da avifauna da bacia do Aripuanã.

De acordo com o Documento de Base do Plano de Ação 1975/77, do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), estão sob a responsabilidade da SUDECO os seguintes polos: Rondônia, Aripuanã, Juruena, Xingu-Araguaia e Araguaia-Tocantins (SUDECO, Programa . . . , s.d.) O Polo Aripuanã é basicamente definido abrangendo todo o Município de Aripuanã,



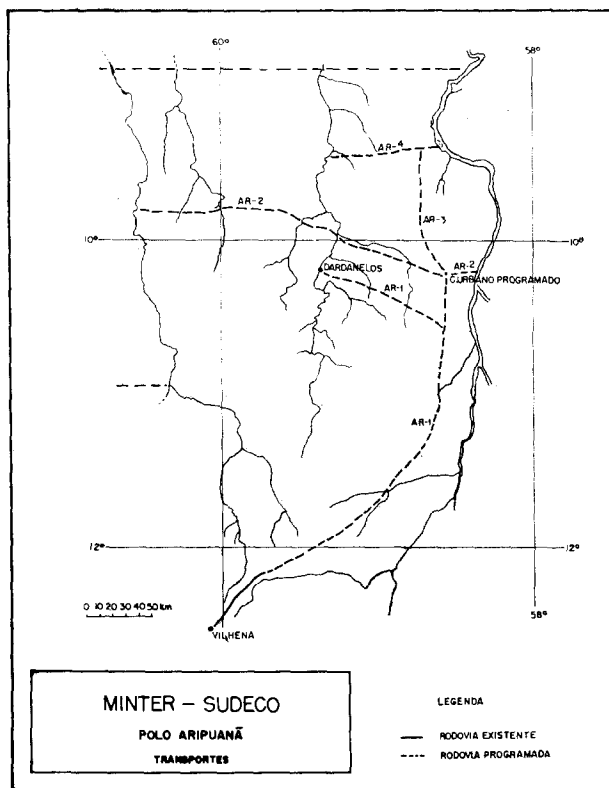


mas nos mapas existentes referentes ao zoneamento das atividades econômicas, transportes, etc., a denominada **área-programa** está compreendida tão somente entre os rios Juruena e o Roosevelt, tendo sido considerada dentro do Polo Juruena e parte leste do município, formada pela mesopotâmia situada entre o Juruena e o Teles Pires, juntamente com terras dos municípios matogrossenses de Diamantino e Porto dos Gauchos.

Considerando ainda o território do Aripuanã como um **extenso vazio econômico e demográfico, não há o que descrever sobre esses aspectos**, cuja função é vista como inserida nos objetivos de **ocupação com desenvolvimento**, a programação do POLAMAZÔNIA foi pensada em termos de incorporar **novas terras ao setor produtivo** para transformá-la em região receptora de fluxos migratórios, destacando o grande potencial de recursos naturais do Aripuanã como capaz de se transformar em recursos correntes pela ação da **iniciativa privada, apoiada nas pesquisas aplicadas-desenvolvidas e a se desenvolverem no Centro de Pesquisas de Humboldt e nas infraestruturas**

de estradas, energia elétrica e centros urbanos de serviços a serem implantados com os recursos governamentais (ibid.: 102). Nesse sentido, propondo um zoneamento das atividades econômicas, o POLAMAZÔNIA apresenta uma tipologia da região classificando-a em sete áreas, três das quais, porém, correspondem ao que o mapa da área-programa considera como sendo uma área para **exploração econômica integrada**, em cujo interior acham-se as glebas adquiridas por 3 das 4 grandes empresas antes referidas (1.600.000 ha), encontrando-se a outra empresa (400.000 ha) na região do Polo Juruena. As sete áreas da tipologia estabelecida são as seguintes: **área inápta para exploração econômica, área indígena interdita, Parque Indígena do Aripuanã, área reservada para pesquisa, área indicada para exploração madeireira exclusiva, áreas indicadas para exploração mista — madeira e pecuária, áreas para exploração agrícola** (ibid.).

A área reservada para pesquisa, pelo POLAMAZÔNIA, é de 80.000 ha, com limites sugeridos para a margem direita do Aripuanã, que o Governo Federal deveria considerar como de **interesse para o desenvolvimento e segurança** (ibid.: 110). Quanto a isso convém recordar que praticamente, desde seu início, passou a ser cogitada a incorporação do Projeto Aripuanã de uma área de mais de 200.000 ha, 60.000 ha, cedidos numa primeira fase e mais a oferta de 200.000 ha, totalizando 260.000 ha de terras disponíveis para o Núcleo Pioneiro de Humboldt desenvolver suas atividades. Posteriormente, contudo, conforme mapas que dispomos, a CODEMAT cogita de sugerir 139.400 ha, entre a margem esquerda do rio Aripuanã e a margem direita do rio Branco, de cuja delimitação discordava o então administrador do Núcleo Humboldt que estava sugerindo uma outra área, também às margens do Aripuanã, sem que soubesse da sugestão da CODEMAT. Por sua vez, sabe-se, conforme notícia de jornal, que o Governo de Mato Grosso e o CNPq teriam firmado convênio pelo qual o Governo de MT deu ao CNPq uma área de **aproximadamente 100.000 ha** (Aripuanã: Governo ..., 1975), confirmada também por notícia recente publicada no matutino



O Liberal (Grileiros . . . , 1976), dizendo respeito ao rio Branco, afluente do Aripuanã.

O POLAMAZÔNIA, portanto, não faz mais nenhuma referência àquela possibilidade inicial, cogitada desde o início das atividades do Projeto Aripuanã, de incorporar uma área de mais de 200.000 ha. Apenas amplia de 60.000 ha para 80.000 ha as terras do Núcleo Pioneiro de Humboldt, o que, na verdade, implica em redução mesmo quando se considera que as notícias do convênio falam em 100.000 ha. O POLAMAZÔNIA também não fala mais em Projeto Aripuanã, donde se conclui que ele teria realmente deixado de existir, pelo menos nos moldes como havia sido concebido. Da mesma maneira, o documento CNPq-Programa Aripuanã-1975 considera a atuação do CNPq na região em termos do Programa Aripuanã de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, cujos projetos de pesquisas previstos deverão ser coordenados por esse órgão de acordo com as finalidades do Programa de Ação do Projeto Aripuanã, definido, em 1975, pelo CNPq, expressados em dois pontos: 1) realizar um programa de **pesquisas fundamentais orientadas, visando obter infor-**

mações científicas e tecnológicas essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico e social e preservação do ecossistema do Município de Aripuanã e integração homem/meio; 2) consolidar o Núcleo de apoio (Cidade de Humboldt), que foi criado no Município, com o objetivo de servir de base fundamental e irradiante para a coleta de dados científicos essenciais para o planejamento das atividades ligadas ao desenvolvimento econômico e social (Albuquerque, 1975). Como se vê, considerando-se a transformação, a partir de 1974, no CNPq — até então um Conselho Nacional de Pesquisas com a principal e importante atribuição de fomento ao conhecimento técnico-científico, estimulando as atividades de pesquisa — em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Projeto Aripuanã, cerca de dois anos após ter vivido crises de natureza político-administrativa, acabaria por cair na esfera de responsabilidade do CNPq como tentativa de garantir um novo respaldo técnico-científico à continuidade do empreendimento, porém, no que diz respeito à execução do Programa Aripuanã, ou melhor dizendo, do Programa Aripuanã de Pesquisas Científicas e Tecnológicas referido anteriormente.

TRANSPORTES — trata-se de um assunto cujas soluções propostas mostram-se as mais controvertidas, como se poderá verificar. Contudo, como se trata de uma nota prévia, deixamos para um trabalho posterior uma melhor apreciação, a exemplo do que vem sendo feito com relação aos outros capítulos.

Como vimos anteriormente, em mapa da Prefeitura (escala 1: 1.000.000), sem data, mas, pelo que sabemos, confeccionado antes dos demais mapas que dispomos, o traçado rodoviário é assim apresentado: Rodovia AR-1 **nivelada e locada** entre Fontanillas e Dardanelos, **projetada** rumo a noroeste passando por Panelas (antiga sede municipal) e seguindo até Tabajara (Amazonas), e em direção ao sul, através de uma ponte a ser construída sobre o Juruena, entre Fontanillas e a reserva Rikbaktsa (Município de Diamantino), ligando-se a outra rodovia que está sendo implantada rumo ao Porto dos Gauchos e daí em diante até atingir a BR-364 (Cuiabá-Porto Ve-

lho). O trecho situado entre Fontanillas e Dardanelos é referido por Lomba (1973 : 73), como a **estrada na selva** que a Prefeitura constrói a duras penas (um caminho de serviço com 30 m de desmatamento, úmido e sombreado), ligando a foz do rio Juinha-Mirim, na margem esquerda do Juruena, ao povoado dos saltos, na margem direita do Aripuanã, derrubando artesanalmente árvores colossais ... atravessando o Parque Indígena, área interdita em 1968 para reduzir o risco das frentes de atração da FUNAI (ibid.). Rodovia BR-174 (federal projetada) tratando-se da mesma rodovia iniciada em Vilhena, no cruzamento com a BR-364, conforme referimos anteriormente, que em 1967 já possuía 76 quilômetros construídos. Deveria seguir através do divisor de águas dos rios Iquiê e Tenente Marques, indo transpor a AR-1, nas proximidades do paralelo 11°, prosseguindo rumo ao norte até a Transamazônica.

Contudo, no mapa do Estado de Mato Grosso (1974-75, Ed. Comerc. e Rep. Gráficas Ltda. — Curitiba, escala 1:1.600.000) a rede rodoviária projetada apresenta traçados diferentes dos mostrados no mapa da Prefeitura. Por sua vez, o POLAMAZÔNIA, reconhecendo não existir infraestrutura de apoio na área às atividades empresariais mencionadas em seu Plano de Ação 1975/77, informa que o IPLAN e a SUDECO, em ação comum, programaram e iniciaram a **implantação de uma estrada de penetração que, a partir da BR-364, nas proximidades de Vilhena, segue pelo espigão divisor de águas do Juruena e do Aripuanã para alcançar a área de ação, rodovia esta que tem, no momento, cerca de 120 km de abertura** (SUDECO, Programa ..., s.d.: 102). A nova malha rodoviária proposta no plano compreende a **seqüência de implantação da AR-1 e a construção da transversal do paralelo 10°, entre o Juruena e o Aripuanã, num total de 725 km de estradas de penetração, programada ainda a implantação de 500 km de estradas rurais, em sistema de cooperação com a iniciativa privada** (ibid.: 121). De acordo com o mapa correspondente (ibid.: 122) essa malha pode ser assim descrita: AR-1, parte de Dardanelos rumo a leste descambando em seguida para o sul, paralela ao Juruena, e atingindo Vilhena em conexão com o trecho de 120 km

acima citado implantado pelo IPLAN e a SUDECO; trata-se de uma seqüência da BR-172, atualmente parecendo ter um traçado mais ou menos semelhante como pensava Lomba (1973 : 76): **a construção da BR-172, correndo não contra as elevações da Serra Morena mas ao longo do vale úmido do Juruena**. AR-2, surge de Rondônia em prosseguimento à RO-1, paralelamente e acima da que seria a BR-235, porém não passa por Dardanelos e sim pelo **Centro Urbano Programado**, prosseguindo rumo a leste vai ter conexão no Juruena com a J1, a qual por sua vez irá atingir a BR-165 (BR-163), ou seja, a Cuiabá-Santarém, uma das estradas integrantes do complexo rodoviário transamazônico, iniciada em 1971 e recentemente inaugurada, ligando o Centro-Oeste a um importante porto fluvial do Norte cuja antiga denominação é BR-165, com uma extensão de 1.777 km. AR-3, constitui uma seqüência da AR-1, cruza com a AR-2 no Centro Urbano Programado, prossegue rumo ao Norte indo terminar na AR-4 a ser implantada transversalmente entre o Aripuanã e o Juruena. Em resumo, a malha rodoviária apresentada nos mapas do POLAMAZÔNIA e da CODEMAT, objetivando basicamente facilitar o desenvolvimento dos grandes projetos empresariais de colonização, deverá fazer conexões externas por meio das rodovias Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e Cuiabá-Santarém (BR-163), tendo como ponto de convergência a cidade de Cuiabá, e, ao contrário do que é mostrando nos outros mapas, não faz nenhuma conexão direta com a Transamazônica.

URBANIZAÇÃO — como já foi evidenciado, na concepção original do Projeto Aripuanã referiu-se Lomba (1973 : 75) à implantação de clareiras gigantes interligadas por redes rodoviárias e de comunicações. A primeira seria uma clareira pioneira destinada a ser a **cidade-laboratório de Humboldt**, não havendo dúvida quanto a sua localização posto que, inclusive, começou a ser implantada. A segunda clareira-gigante foi projetada em função do traçado da BR-172 (Vilhena/Cunamã), **na margem esquerda do Juruena** e deveria ser a **colônia agrícola Cinta-Larga**, sobre cuja localização aproximada pode-se supor que fosse o local onde a Prefeitura está implantando Fontanillas ou nas proximidades dela, tendo

em vista o que seja possível de se entender ou deduzir dos dois artigos de sua autoria que temos. A terceira clareira gigante seria aberta num local denominado por Lomba de **área interpolar**, uma posição que não foi exatamente definida nesses dois artigos de sua autoria. No entanto, o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — 1973/74 localiza-a no **entroncamento das rodovias Cinta-Larga/Humboldt/BR-172, que constitui a única alternativa de ligação de Manaus ao sistema viário do Centro-Oeste e do Sudeste pelo seco** (IBGE, Delegacia de Mato Grosso, 1969/75).

No mapa da CODEMAT verifica-se a **locação** de 3 Blocos, explicados a nós como correspondendo ao planejamento de Centros Urbanos, dois dos quais na área do Polo Aripuanã e um na área do Polo Juruena, a serem ligados através de rodovias planejadas: Bloco A — situado à margem esquerda do Juruena, nas proximidades de Fontanillas, um povoado que a Prefeitura está implantando com o objetivo de fazê-lo a sede municipal; Bloco B — situado entre o Juruena e o Teles Pires, mas na área de ação do Polo Juruena; Bloco C — entre o Aripuanã e o Roosevelt, nas proximidades da antiga sede municipal (Panelas), enquanto o mapa da POLAMAZÔNIA apresenta a **locação** de apenas um Centro Urbano Programado na área do Polo Aripuanã. Assim sendo, os 3 Blocos previstos no plano de colonização da CODEMAT parecem constituir um certo reaproveitamento, em novas bases, de algumas das idéias ventiladas por Lomba e consubstanciadas sob a denominação de Projeto Aripuanã. Por outro lado, no POLAMAZÔNIA estabelece-se apenas a construção de **um núcleo populacional no cruzamento da AR-1 com a transversal do paralelo 10°, que terá ao mesmo tempo, função de sede municipal e centro de apoio às atividades empresariais** (SUDECO, Programa ..., s.d.: 123) na área do Polo Aripuanã, enquanto Dardanelos é evidenciada em termos de desenvolvimento apenas com respeito ao aproveitamento do Salto das Andorinhas para geração de energia elétrica (ibid.), deixando de ser considerada como ponto de apoio a atividades empresariais, talvez por estar sendo cogitada para permanecer somente em termos de ati-

vidades tecnológicas e científicas. Fontanillas, por sua vez, onde a Prefeitura e a CODEMAT vinham pensando fixar a sede municipal em substituição a Dardanelos, parece ter sido colocada fora de cogitação para tal fim pois, inclusive, não aparece em nenhum dos mapas do POLAMAZÔNIA, apesar de já estar ligada a Cuiabá através de conexão terrestre-fluvial, com baldeação em Porto Feliz situado no rio Papagaio, formador do Juruena.

#### O NÚCLEO DE HUMBOLDT

O Núcleo Pioneiro de Humboldt, conforme começou a ser mencionado antes, foi concebido para servir de base à **futura Cidade Científica de Humboldt** e como um núcleo avançado que representasse o ponto de apoio ao desenvolvimento do Município de Aripuanã, **viabilizando o planejamento e a execução controlada de três faixas paralelas e contínuas de Pesquisa Permanente** (Lomba, 1973 : 78) : a primeira, entendida como sendo de *Pesquisa Básica*, para orientar as faixas subseqüentes; a segunda chamada de *Pesquisa Operacional*; na terceira faixa, imaginada como sendo a de *Pesquisa Educacional*, dar-se-ia a utilização dos conhecimentos **básicos e operacionais produzidos nas anteriores** na preparação do homem para a vida prática, **tornando-o capaz de sobreviver e desenvolver uma associação altamente produtiva com a floresta** (ibid.). Deveria abranger uma área de 3.500 m<sup>2</sup> contendo : AA - Administração (instalações e equipamentos fixos do CEPLAN); AF - Força (energia e transporte); AT - Tecnologia; AC - Ciência (instalações e equipamento laboratório, inclusive hospital); AE - Educação; AH - Habitação; AS - Segurança.

O local escolhido para a abertura da **clareira pioneira** e a implantação do Núcleo foi uma área onde, em grande parte, existiam algumas lavouras pertencentes a elementos locais, um dos quais ainda costuma reclamar indenização pela destruição de seu roçado, situada nas proximidades dos saltos de Dardanelos e das Andorinhas, à margem direita do rio Aripuanã e a cerca de **200 metros de altitude**, confronte à Vila de Dardanelos, da qual o Núcleo ficou separado pela antiga pista de aviões (800 metros de extensão) construída

pela Prefeitura, cujo aspecto atual assemelha-se a uma larga e extensa *avenida de capim* delimitando as frentes do Núcleo e da Vila. As casas foram projetadas totalmente de madeira, em **estilo palafítico**, com cobertura espedrada (cerca de 3 m de altura) para possibilitar maior visibilidade dos aviões, com uma espécie de **lã de libra de vidro** entre o teto e o forro, pré-fabricadas em São Paulo (talvez devido a urgência requerida), tendo sido extraídos no local apenas os esteios, apesar de ser a região rica em reservas florestais com essências nobres, uma vez que a serraria prevista não chegou a ser instalada na primeira fase do Projeto. Iniciada a implantação do Núcleo em março de 1973, para **estar em plena operação em novembro, antes das chuvas** (ibid.: 82) foi dado como oficialmente inaugurado, em 13 de setembro.

Acontece que, por ocasião da excursão que efetuamos, os pavilhões ainda não tinham sido concluídos de acordo com o plano estabelecido. No interior da clareira de ..... 16.000 m<sup>2</sup>, atualmente também separada da Vila de Dardanelos por uma cerca de arame farpado para proteger o Núcleo da possível invasão por alguns animais, existiam dois conjuntos de construções e mais três pavilhões isolados, contendo o hotel de trânsito para alojar os pesquisadores, administração, ambulatório médico-odontológico, laboratório, refeitório, alojamento de trabalhadores solteiros, depósito de mercadorias, carpintaria, oficina eletro-mecânica. Os pavilhões estavam sendo gradativamente melhorados, inclusive no conjunto destinado ao alojamento dos pesquisadores em trânsito. Os alojamentos, pelo que pudemos constatar, mostravam-se bastante quentes, fosse em consequência da cobertura interposta por uma espécie de **lã de fibra de vidro** entre o telhado e o forro (que acompanha a inclinação do teto), pela distância relativamente pequena entre o assoalho e o teto (menos de 3.00 m) ou pela insuficiência de circulação interna de ar, ou por tudo isso reunido. O fornecimento de água estava sendo obtido de forma precária, uma vez que provinha do próprio igarapé utilizado pela comunidade de Dardanelos, com alto índice colimétrico (segundo exames feitos pelo Instituto Evandro Chagas); em consequência, fervia-se

a água que era bebida e usada com fins culinários. Na clareira também existe uma plantação de bananeiras, iniciada na administração do CNPq e estava sendo preparada uma horta, ambas para consumo do Núcleo. A nova pista de pouso, com 1.200 m de extensão, distante 4 quilômetros, já havia sido praticamente concluída, e estavam sendo realizados entendimentos para a instalação do Rádio Farol. O abastecimento do Núcleo, de gêneros alimentícios, combustíveis, equipamentos e outros materiais, tendo em vista o desenvolvimento das atividades técnico-científicas, ocorria predominantemente via aérea, através de aviões bi-motores (tipo Cessna) fretados, de Cuiabá e de Manaus; e também por via fluvial com o emprego de embarcações motorizadas do próprio Projeto, transportando regularmente de Manaus combustíveis e outros materiais em viagens com uma duração média (ida e volta) de 25 a 35 dias.

#### DARDANELOS

A primeira concentração de pessoas no local teria começado a ocorrer no início deste século, ou talvez até antes, em torno de um barracão estabelecido pelo peruano Dom Alejandro Lopez para exploração e comercialização de borracha. Essa antiga ocupação vem sendo ultimamente posta em evidência por elementos representativos da comunidade, com um certo poder de decisão, prestígio e liderança, que tiveram atritos com a gerência do Projeto Aripuanã em sua fase anterior (1973/74), quando se tentou integrá-la como parte do mesmo, desvinculando-a da administração municipal. Assim, preocupados com certas reportagens dando a impressão de que tudo passara a existir com a criação de Humboldt, bem como receando que a nova administração procurasse assumir atitudes semelhantes à anterior, mas incertos quanto ao ano exato do surgimento do povoado, tomaram a iniciativa, logo após haver o CNPq assumido a direção do Projeto, de afixar numa enorme castanheira uma destacada inscrição em letras vermelhas com os dizeres: **Dardanelos descoberto em 1911**. E na falta de outros elementos materiais costumam também exibir como prova de tal antiguidade algumas

telhas francesas com os seguintes dizeres : *Telha Progresso Privilegiada e, de outro, 1908 Empresa Ceramica de Lisboa R. Saraiva de Carvalho.*

Uma maior ou menor atração e permanência de pessoas em torno do barracão de Dom Alejandro Lopez e nos seringais que explorava refletia, naturalmente, as oscilações e vicissitudes inerentes à atividade de exploração da seringa e do caucho em decorrência de sua cotação no mercado internacional. Segundo, por exemplo, o depoimento do Sr. José Carneiro dos Santos, em 1935, quando chegou pela primeira vez a Dardanelos, com 14 anos de idade, fase em que o caucho experimentava uma ligeira alta de preço, havia **uma porção de casa** distribuídas em duas ruas, com **100 pessoas só os empregados**, havendo 600 homens trabalhando nos seringais; existiam 38 rezes trazidas por Dom Alejandro e **uma tropa com 12 burros** utilizados para mover um engenho de ferro onde produzia-se açúcar, rapadura, mel, não sendo permitida a fabricação de cachaça, que alguns faziam às escondidas. Informou que a área ficou abandonada muitos anos **da boca do rio Branco para baixo**, face a decadência verificada na exploração da borracha, permanecendo em Dardanelos apenas alguns moradores, sendo visitada por pessoas que vinham extrair ovos de tracajá. Em 1966, quando o Governo do Estado iniciou a **redescoberta do Aripuanã**, anteriormente referida, o Prefeito do Município (Amauri), conforme o depoimento do Sr. Carneiro, trouxe um barco com mercadorias e **mandou chamar nós de lá** tendo comparecido **cento e tantas pessoas** dentre as que habitavam rio abaixo do lugar Juína até Dardanelos; iniciou a construção do primitivo campo de pouso e mandou fazer uma pequena derrubada na área onde se acha agora instalado o Núcleo de Humboldt.

Apesar de não ter sido especificamente mencionada no censo de 1970, o único aglomerado populacional de maior proporções (**tido por aglomerado urbano por ser simbolicamente a sede municipal**) teria sido a Vila de Dardanelos com 89 habitantes. Hebinck & Vitte (1971 : 3), referindo-se à densidade populacional do rio Aripuanã, registram : **Da cidade do Novo Aripuanã no Madeira, até Dardanelos,**

num percurso de aproximadamente 1000 kms, conta-se nas margens do rio Aripuanã (excluindo afluentes, lagos e igarapés), 288 casas habitadas e 42 casas recém abandonadas; e mais adiante relatam que **Dardanelos, no Mato Grosso, no Alto Aripuanã, conta 5 anos após a sua fundação apenas 19 casas pauperrimas. Há 4 anos, o povoado foi constituído sede duma nova prefeitura** (ibid.: 11). A revista Veja, por sua vez, assim se expressou sobre a região : **as quase 3.000 pessoas, que vivem no Município de Aripuanã, norte de Mato Grosso, jamais viram um automóvel, uma geladeira ou uma televisão** (Lições da Selva, 1972). Na sede do município, **um vilarejo de vinte casas, não existe bar, nem delegacia, a igreja está fechada, e quem quiser visitar a Prefeitura terá de viajar de teco-teco até Cuiabá, 800 quilômetros de distância** (ibid.) No ano seguinte, a mesma revista refere-se a Dardanelos como sendo uma vila com **pouco mais de trinta casas de madeira e palha, erguidas sobre palafitas. Seus habitantes, cerca de 180 pessoas, isolaram-se e alienaram-se de todos os valores da civilização nas últimas 3 décadas. Mas não se privaram de dois instrumentos : o motor de popa e a carabina, peças fundamentais ao seu sistema de sobrevivência, baseado na caça e na pesca** (O Projeto ..., 1973). De qualquer modo, através de tais informações verifica-se, a partir da década de 70, um certo crescimento quantitativo do vilarejo : 89 habitantes em 1970, 19 casas em 1971, cerca de 20 a 30 barracas em 1972, para aproximadamente 30 a 40 barracas com 180 a 200 pessoas em 1973; decorrido pouco mais de um ano, ou seja, em fins de 1973, verificou-se um crescimento bem mais significativo pois, de acordo com um levantamento feito pelo Sr. Adolfo Reis, Dardanelos teria **647 habitantes, entre adultos e crianças, com 113 casas construídas e em construção**. Em novembro/dezembro de 1975, entretanto, conforme levantamento que efetuamos com a colaboração do escrivão do cartório Paulo Ojeda, existiam 425 indivíduos morando em cerca de 90 habitações, na quase totalidade, com paredes e assoalhos de *paxiúba* e cobertura de *cavaco*, algumas com uma ou duas pessoas e outras até com oito ou dez. Havia dois botecos, ambos com geladeira a querosene,

possuindo um deles, como apêndice, um salão de dança (o **Clube Moreno**), duas padarias improvisadas funcionando de acordo com as disponibilidades de trigo. A capela vinha sendo visitada duas vezes no ano, 24 de julho e 4 de outubro para a festa de São Francisco Canindé, realizada devido a existência de nordestinos na comunidade; e aos domingos é rezado o terço pelas mulheres. Não havia, no momento, nenhuma autoridade policial, mas um cabo da Polícia Militar de Mato Grosso havia atuado, anteriormente, durante certo tempo, na função de Delegado. O abastecimento estava ocorrendo por meio de dois armazéns, ambos sob a responsabilidade do empreiteiro José Rosa Moraes Rêgo, que também é proprietário de um deles: o **Armazem FAB**, ou seja, mantido pela Prefeitura, assim designado porque as mercadorias vendidas são transportadas por aviões da Força Aérea Brasileira; e o **Armazem TAXI** vendendo mercadorias transportadas por táxis aéreos fretados; sendo que as pessoas empregadas no Projeto recorrem ao armazém mantido pelo CNPq. Também estava funcionando uma pensão pertencente a uma senhora de Cuiabá, estabelecida sob os auspícios da Prefeitura, fornecendo refeições para pessoas em trânsito ou mesmo com residência na localidade.

A assistência sanitária à população estava sendo fornecida pelo Estado e Prefeitura, gratuitamente, através de um ambulatório dirigido pela enfermeira Maria Paes Passarinho, tendo sido adquiridos no decorrer de 1975, segundo as informações que obtivemos, medi-

camentos no valor de Cr\$ 280.000,00; e, quando necessário, enfermos eram enviados para tratamento hospitalar em Cuiabá, a exemplo do procedimento adotado pela administração do Núcleo Humboldt. De um modo geral, as condições sanitárias de Dardanelos são bastante precárias, tanto pela situação do ambiente natural como pelo baixo padrão de vida de seus habitantes e nível de educação sanitária. De acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto Evandro Chagas (1974) entre 12/08 e 5/09 havia **uma alta incidência de doenças transmissíveis, resultantes do precário saneamento — salmoneloses, shigeloses, hepatites, vírus e enterovirus; alta incidência de doenças transmitidas por outros mecanismos como pinta, malária e micoses; e existência na floresta circundante de reservatórios e transmissores de vírus patogênicos para o homem como o vírus da febre amarela e de S. Luís.** A água consumida foi apontada como principal fator pois, de acordo com os exames efetuados, um índice colimétrico exageradamente alto foi encontrado, muito além das possibilidades orgânicas do homem para ingeri-la sem graves riscos para a saúde, onde inclusive o processo de fervura não é muito habitual.

A instrução escolar ministrada pelo Grupo Estadual ocorria por intermédio de duas professoras (Vera Lúcia Cavalcante, Diretora, e Valtina Alfon) com a cooperação da enfermeira, atingindo até a 2ª série primária, para um total de 99 alunos matriculados dentre os aproximadamente 140 indivíduos com 5 a 19 anos de idade.

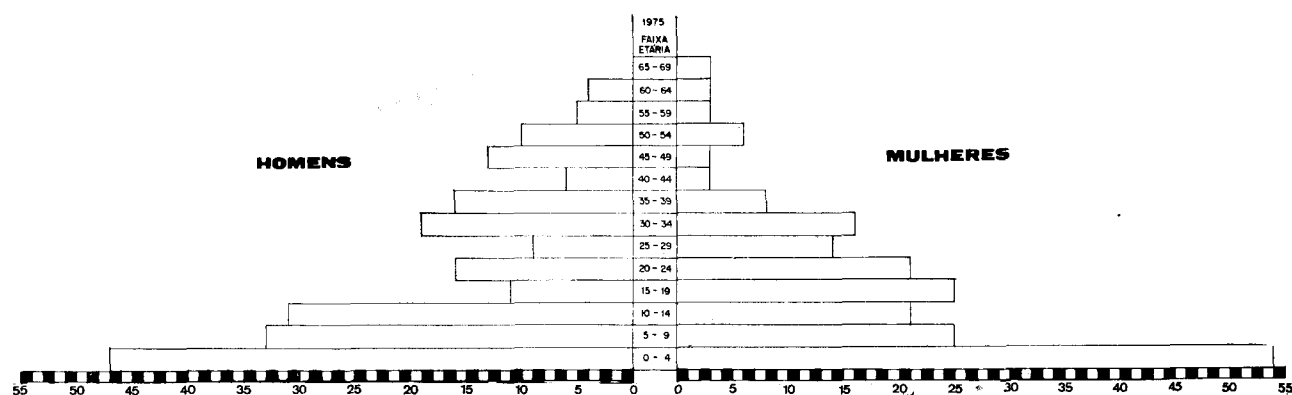


Fig. 3. — Pirâmide Populacional da vila de Dardanelos

O instantâneo demográfico sugerido pela pirâmide populacional, apresentando a distribuição das pessoas em faixas etárias de cinco anos, revela que se trata de uma população bastante jovem, sendo 51,8% (= 220 pessoas) do sexo masculino e 48,2% (= 205) pessoas do sexo feminino, onde em apenas 5 classes de idade (0-4 anos, 15-19, 20-24, 25-29, 65-69) a quantidade de mulheres consegue ser maior que a de homens. No entanto, a exposição aritmética dos resultados, como consta da Tabela 1, oferecendo a composição por sexo e idade da população de Dardanelos em três intervalos etários (0-14, 15-29, 30 e mais anos), parece proporcionar elementos mais seguros para algumas considerações sobre a estrutura demográfica do povoado, desde que não se esqueça o retrato apresentado pela pirâmide. Com efeito, nessa síntese estatística, constata-se que mais de 70% das pessoas, exatamente 72,2% (= 307 pessoas) tem menos de 30 anos de idade, das quais quase a metade (49,6% = 211) do total populacional está presente no primeiro intervalo de classe (0-14 anos), sendo 22,6% (= 96 pessoas) a participação relativa do segundo segmento (15-29 anos), enquanto tem-se apenas 27,8% (= 118) de pessoas a partir dos 30 anos de idade. Por outro lado, mesmo que não se tenha o indicador estatístico capaz de apontá-lo com maior precisão, a expectativa de vida em Dardanelos parece ser bastante reduzida, pois, se a tabela 1 indica 27,8% (= 118) de pes-

soas com 30 e mais anos de idade, realmente apenas 10 conseguem ter mais de 60 anos, uma participação relativa em torno de tão somente 2,4% do efetivo populacional, com ninguém chegando a ultrapassar o limite máximo de 69 anos de idade, confirmando as observações de caráter sanitário não só quanto a Dardanelos mas também com respeito à região.

De qualquer modo, sob o ponto de vista estritamente estatístico-demográfico, constata-se a existência de um padrão estrutural acentuadamente jovem da população residente em Dardanelos e que estaria em condições quantitativas adequadas de crescimento, cuja própria proporção de pessoas com menos de 15 anos de idade (49,6%) chega mesmo a exceder, em termos relativos, os percentuais do Brasil (42,0%) e da Amazônia (47,0%), sobretudo aquele provavelmente devido a taxa de fertilidade da população de Dardanelos ser maior que a da Amazônia e a do Brasil. A distribuição etária das populações da Amazônia e do Brasil seriam **basicamente semelhantes em linhas gerais** (Saunders, 1974: 167), ambas refletindo uma **fertilidade alta continuada por longo período de tempo** (ibid.), a população da Amazônia, contudo, **devido a taxa de fertilidade que substancialmente excede a do Brasil, tem uma grande proporção na sua população, 47,0%, abaixo dos 15 anos de idade, mais que a do Brasil, a qual tem 42 por cento de sua população naquela faixa etária**. A composição jovem da população de Dardanelos seria ainda reafirmada pela média aritmética das idades das pessoas, a qual é realmente bastante jovem (19,6), sendo a média da idade da população masculina 20,9 e da população feminina 18,4.

TABELA 1

COMPOSIÇÃO POR SEXO E IDADE DA POPULAÇÃO DE DARDANELOS — 1975

Sexo	Intervalo etário				(M±G)
	0 - 14	15 - 29	30 +	Total	
Homens .....	111	36	73	220	20,9±17,4
Mulheres .....	100	60	45	205	18,4±15,9
Total .....	211	96	118	425	19,6±16,9
% .....	49,6%	22,6%	27,8%	100,0%	—
Razão por sexo	111,0	60	162,2	107,2	—

Na área ocupada por Dardanelos/Humboldt, o sistema de folk nativo (Bohannon, 1973: 109) dos habitantes do lugar costuma distinguir entre, de um lado *Dardanelos (A Vila de Dardanelos, O Salto)*, e de outro, *O Projeto*, o qual também é denominado de *Núcleo* e, menos freqüentemente, de *Humboldt*. Por sua vez, no que diz respeito a *Dardanelos*, essa distinção maior muitas vezes diferencia-se para tentar classificar espacialmente três outras áreas. *A Vila*, exatamente o embrião e a parte mais



antiga do povoado, basicamente composta de casas defronte do Núcleo dispostas ao longo da margem da antiga pista de pouso, e uma outra área de expansão bem mais recente, situada ao lado do projeto, sujeita a uma espécie de plano de loteamento dos terrenos e traçado das ruas, elaborado pela Prefeitura para ordenar o novo processo de ocupação dessa área, ou seja, da *Cidade*, tal como é designada. Esta, por sua vez, também costuma ser caracterizada pela população como sendo *Cidade Alta* e *Cidade Baixa*, cuja diferenciação parece residir, em princípio, na maior (Cidade Baixa) e na menor (Cidade Alta) proximidade do igarapé que é usado, entre outras coisas, para lavagem de roupa e retirada da água de beber. Trata-se de um local para onde tem convergido os mais recentes fluxos migratórios destinados a Dardanelos. Conforme, por exemplo, a entrevista do Sr. Adolfo Reis, na cidade alta e cidade baixa **são pessoas mais recentes. O Plano da Prefeitura é expandir a vila p'ra lá que é uma parte mais alta, tem escoamento... na cidade alta e cidade baixa o pessoal veio lá de baixo, de beira rio;** um outro informante também esclareceu que **esse bairro é novo, por apelido o pessoal chama cidade alta**, enquanto outro comentou que estava fazendo a distinção entre *Dardanelos* (em frente do Núcleo), portanto *A Vila, Cidade Alta* ao lado do Núcleo e *Cidade Baixa* já na beira do igarapé, a alta ficando, de fato, numa parte mais elevada do local.

Nas décadas de 60 e 70, de um modo geral, as pessoas residentes em Dardanelos foram atraídas pelas oportunidades de emprego imaginadas sendo oferecidas por certos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura, como a abertura de **estradas**, construções de habitações, pequenas lavouras, e pelo próprio *O Projeto*, tal como é chamado, ou seja, o Programa Aripuanã, pois anunciava-se a instalação da sede do município em Dardanelos e, quase logo depois, propaga-se a notícia da edificação do Centro Pioneiro de Humboldt com a abertura de uma enorme clareira na selva. Por outro lado, a população de Dardanelos parece estar vivendo, em grande parte, um momento em que se estaria processando a transformação de antigos seringueiros, de ex-castanheiros, ex-

caçadores de peles e de uns poucos ex-garimpeiros, em *peões*. São pessoas que, até hoje, ainda não pararam de migrar desde quando saíram da terra natal atraídas pelo eldorado dessas e de outras atividades, palmilhando e percorrendo a Amazônia, alguns com idas e vindas ao lugar de origem ou aos mesmos lugares antes percorridos, até que chegaram a Dardanelos. Do ponto de vista de sua origem, isto é, do lugar de nascimento, trata-se, sem dúvida, de uma população extremamente heterogênea, com pouquíssimos adultos nascidos em Dardanelos.

A Tabela 2 apresenta uma amostra de 188 elementos, de ambos os sexos, constituída por 72 pessoas das 96 existentes no segundo intervalo etário da Tabela 1 (15-29 anos com 96) e 116 pessoas das 118 presentes no último intervalo dessa mesma tabela (30 e mais anos com 118), sendo 15 anos (= 2 pessoas) e 69 anos (= 1 pessoa), respectivamente, as idades limites mínima e máxima dessa amostra considerada na tabela 2, a qual representa 44,2% (= 188 pessoas) do universo total da população (= 425 pessoas) e 87,8% (= 188 pessoas) do total de pessoas com 15 e mais

**TABELA 2**  
ORIGEM DA POPULAÇÃO DE DARDANELOS - 1975

Lugar de nascimento	QUANTIDADE		
	Absoluta	%	
Município de Aripuanã .....	62	33,0	88,6
Outros .....	8	4,2	11,4
<b>Naturais de Mato Grosso (subtotal) .....</b>	<b>70</b>	<b>37,2</b>	<b>100,0</b>
Região Norte .....	81	43,1	68,8
Região Nordeste ...	31	16,5	26,2
Região Sudeste ....	3	1,6	2,5
Outros .....	3	1,6	2,5
<b>Não naturais de Mato Grosso (subtotal) .....</b>	<b>118</b>	<b>62,8</b>	<b>100,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>188</b>	<b>100,0</b>	<b>—</b>

anos de idade (= 214 pessoas), composta, por conseguinte, da grande maioria (87,8% = 188) das pessoas adultas do efetivo da população encontrada em Dardanelos. Por esse exemplo, observa-se os matogrossenses constituírem apenas 27,2% (= 70 pessoas) da população adulta migrante encontrada em Dardanelos, com os nascidos noutras unidades chegando a atingir 62,8% (= 118) do total da amostra considerada. Por sua vez, os naturais de Mato Grosso (= 70 pessoas) na sua quase totalidade (88,6% = 62) nasceram no Município de Aripuanã, dos quais tão somente 3 pessoas nasceram em Dardanelos, tendo sido encontrada apenas uma natural da antiga sede do município (Panelas), com os 11,4% restantes (= 8 pessoas) sendo oriundos dos municípios matogrossenses de Rosário Este, Guiratinga, Alto das Garças, Barra dos Bugres e Cuiabá. Contudo, dos que não são naturais do Estado de Mato Grosso (62,8% = 118 pessoas), a grande maioria (68,8% = 81 pessoas) tem por origem unidades da federação da própria Região Norte, com o segundo contingente (26,2% = 31 pessoas) vindo do Nordeste, os demais sendo naturais da Região Sudeste (2,5% = 3 pessoas) e outros tendo por origem o Peru (= 2) e o Estado de Goiás (= 1). Desse modo, Dardanelos parece ser um povoado que se constitui como resultado da migração intra-regional, seja no sentido de regiões geoeconômicas, seja, em termos de zonas fisiográficas ou seja ainda no sentido de micro-regiões homogêneas, tais como foram ou vem sendo definidas pelo IBGE. Duas das três pessoas nascidas em Dardanelos apresentam, em resumo, a seguinte rota migratória: a) um *lavrador* com 45 anos de idade, solteiro, esteve cerca de 20 anos como *seringueiro* no Seringal Samaúma em Novo Aripuanã, Estado do Amazonas, continuou sendo *seringueiro* no rio Guariba e em Panelas (Aripuanã-Mato Grosso), trabalhou como *barqueiro* em Novo Aripuanã, retornando para Dardanelos, seu lugar de nascimento, há cerca de seis anos, onde se encontra como *trabalhador braçal*; b) uma senhora com 44 anos de idade tendo trabalhado sempre no que considera como atividade doméstica, nasceu em Dardanelos em 1932 e cerca de nove anos depois foi para o Seringal

Samaúma onde ficou por 13 anos, tendo passado de seringal a seringal a vida inteira, ora no Estado de Mato Grosso (Bom Sucesso, Terra Alta, Campo Grande, Pimenta, São Pedro, todos no Aripuanã), ora no Estado do Amazonas (Samaúma - Novo Aripuanã), acabando por retornar a Dardanelos onde reside há cinco anos. Considerando-se sua origem, portanto, trata-se de uma população extremamente heterogênea, nascida em diversos locais de vários Estados, resultado de uma migração intra-regional basicamente de sentido rural-rural, a qual tem passado por muitos lugares, predominantemente por seringais e castanhais, tornando-a homogênea quanto a certas tradições de trabalho, sem ter conseguido fixar-se em nenhum desses lugares, com Dardanelos representando a mais recente expectativa de permanência. Uma população *sem destino* pela falta de oportunidades suficientemente adequada e satisfatória de trabalho, pela impossibilidade de acesso definitivo à posse ou ao uso duradouro da terra, pela inexistência de estímulo e condições a uma maior e melhor fixação numa região, com *O Projeto* apresentando-se como a alternativa mais recente, sobretudo a partir do momento em que o CNPq foi convocado para assumir sua responsabilidade.

Na fase recente de responsabilidade do CNPq, o Programa Aripuanã tem conseguido recrutar parcela dessa população atraída para Dardanelos — provavelmente bem maior e em melhores condições de remuneração do que na fase anterior, segundo as informações que nos foram prestadas, tendo indenizado os salários atrasados deixados pela administração anterior durante o período em que as atividades estiveram paralisadas —, a qual vem sendo utilizada, tendo em vista seu baixo nível profissional de qualificação tecnológica, sobretudo como *trabalhador braçal*, tanto na condição de *funcionário do projeto* como na de *diarista*, situações assim socialmente reconhecidas, conforme as expressões usadas. Os que trabalham em Humboldt são genericamente rotulados como *peçoal do projeto*, cuja utilização mais ampla, porém, categoriza não apenas as pessoas de Dardanelos que conseguiram

ram obter uma ocupação em Humboldt, mas também aos que foram trazidos pelo CNPq para a prestação de serviços em Humboldt e que residem nos alojamentos do Núcleo, inclusive os dirigentes do mesmo, chegando também a ser usada para técnicos, auxiliares-técnicos e pesquisadores do CNPq ou de outras instituições que por lá tem passado; tendo ainda um sentido bem mais restrito quando é usada para caracterizar somente o grupo de dirigentes do projeto. As pessoas de Dardanelos trabalhando para o CNPq eram em número de 29, sendo 10 na condição de funcionário, 9 na condição de diarista e 10 cuja natureza da relação de trabalho não se tem muita certeza, mas que provavelmente devem ser também diaristas. Além dessa parcela da população de Dardanelos trabalhando para o CNPq, estavam residindo e também trabalhando em Humboldt cerca de 18 pessoas, 14 das quais na condição de *funcionário do projeto*, 3 como *diarista* e 1 operador de rádio da CEMAT. Ao todo, portanto, o Projeto estava oferecendo serviço a aproximadamente 47 pessoas, 29 das quais são pessoas que fazem parte da população encontrada em Dardanelos e 18 pessoas que o CNPq levou para Humboldt.

Ainda que não se tenha o modo de articulação completo, nem todo relacionamento totalmente deslindado e tampouco descrito, mas apenas esboçado, de todas as categorias etiquetadas pelo *sistema de folk nativo* da população regional considerada, pode-se tentar sugerir que a dicotomia mais ampla parece mesmo ser entre *peçoal do projeto* e *peçoal da prefeitura*, as quais englobam uma série de situações ocupacionais. São expressões que definem ao longo do tempo de duração do projeto, também uma certa situação de rivalidade quanto a disputa pelo uso da mão-de-obra local. No exemplo específico de Dardanelos, essa é uma dicotomia que remete, em grande parte, à atuação do setor público, o qual funciona como ponto de referência a partir do que a situação foi criada através de seus órgãos competentes na região, cujo exemplo mais recente em termos locais, diz respeito à presença atual de um lado da Prefeitura Municipal de Aripuanã e, de outro, do CNPq que passou a ter a responsabilidade de Humboldt e, portanto, de manter relacionamento com a Prefeitura e vice-

versa. Nessa oposição entre *peçoal do projeto* e *peçoal da prefeitura*, a presença da figura do *peão*, do *empreiteiro* e do *patrão*, revelando a verticalidade da hierarquia social, tende a restringir o significado das duas expressões. De tal modo que elas passam a classificar, tanto num caso como no outro, círculos sociais cada vez mais restritos e precisos de pessoas. Assim, tendo em vista a existência de trabalhadores braçais, tanto no Projeto como na Prefeitura, ou mais precisamente, de *peões*, a expressão *peçoal do projeto* passa a designar apenas os dirigentes do Núcleo, do mesmo modo que a expressão *peçoal da prefeitura* passa a restringir-se aos seus principais funcionários e pessoas mais chegadas (o representante do Prefeito, o *patrão/empreiteiro*, etc.). Com o *peão* representando a categoria social mais baixa, enquanto o *empreiteiro* maior sendo também o *patrão*, ou o principal *patrão*, exatamente a categoria social que consegue enfeixar mais poder de decisão na sociedade inclusiva: seja porque articula alguns empreiteiros, subempreiteiros e/ou *gatos* em torno das empreitadas conquistadas; seja porque, fazendo-se presente no sistema de abastecimento de gêneros para grande parcela da população, detém um certo monopólio na comercialização dos produtos; seja porque exerce um importante papel de intermediário, com um certo controle e vigilância, no necessário processo de comunicação com o **mundo exterior**; seja porque consegue cultivar uma certa capacidade de mover-se dentro da teia de relações sociais (de amizade, de parentesco, políticas) internas e externas ao sistema social inclusive considerado, desempenhando, enfim, um singular papel de agente intercultural prestigiado, tentando com isso resguardar a garantia de posse de parcela da terra para si.

#### SUMMARY

A preview which presents just some of the results obtained in the course of a preliminary anthropological study carried out in the region of the Aripuanã Program in november/december 1975. These results are presented in five stages viz: 1) The municipality of Aripuanã; 2) The indians of Aripuanã; 3) The Aripuanã Program; 4) "Humboldt City"; 5) Dardanelos.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALBUQUERQUE, LUIZ ANTONIO DE  
1975 — **Relatório sobre o Projeto Aripuanã** Brasília.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL  
1971 — Rio de Janeiro. 32 : 1-832.  
1975 — Rio de Janeiro. 36 : 1-1016.
- ARIPUANÃ, a terra esquecida... , Campo Grande, Ser-  
1967 — viço de Relações Públicas. 10 p. ilustr.
- ARIPUANÃ: Governo de MT e CNPq firmam convê-  
1975 — nio. **Diário da Serra**, Cuiabá, 6 de de-  
zembro, 1.ª p.
- ARNAUD, EXPEDITO  
1974 — Os índios Mundurukú e o serviço de  
proteção aos índios. **Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi**, Belém, n. sér. **Antrop.**, 54 :  
1-60 mapa.
- ARNAUD, EXPEDITO; CORTEZ, ROBERT & VELTHEM,  
LÚCIA HUSSAK  
1976 — Aripuanã: relatório de excursão: TDI  
(Teoria, Debate e Informação). **Revista  
da Associação Regional dos Sociólogos**,  
Belém, 1 : 82-111.
- As pequenas contas do Rosário. **Opinião**, Rio de  
1976 — Janeiro, 19 de setembro, p. 6.
- BOHANNAN, PAUL  
1973 — Etnografia e comparação em Antropo-  
logia do Direito. In: Davis Shelton org.  
— **Antropologia do Direito**, Rio de Ja-  
neiro, Zahar. p. 101-123.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA  
1958 — **Enciclopédia dos municípios brasileiros**.  
Rio de Janeiro. v. 35 (Municípios do Es-  
tado de Mato Grosso. 325 p. ilustr.  
mapas.
- CAMPOS, FAUSTO VIEIRA DE  
1969 — Retrato de Mato Grosso, 3.ª ed. São  
Paulo, Brasil-Oeste ed., 223 p. ilustr.
- CHIAPPINO, JEAN  
1975 — **The Brazilian Indigenous problem and  
policy the Aripuana Park**. Geneva,  
Amazind/Iwgia document. 28 p.
- CHIMANOVITCH, MÁRIO  
1971 — Cintas-Largas ferem sertanista a tiro  
em novo ataque. **Jornal do Brasil**, Rio  
de Janeiro, 9 de dezembro, I. cad. p. 14.
- 1972 — Sentença sobre chacina de índios sai  
após 10 anos. **Jornal do Brasil**. Rio de  
Janeiro, 11 de junho.
- D.N.P.M. PROJETO RADAM  
1974 — Programa de integração nacional, estu-  
dos e levantamento de recursos natu-  
rais, Área programa Aripuanã. **Relató-  
rio final 1974**, 65p (inédito).
- Francisco Meireles diz que sarampo está matando  
1973 — os índios Cintas-Largas em Rondônia.  
**Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de  
maio, 18 cad.
- Grileiros matam na reserva. **O Liberal**, Belém, 13  
1976 — de outubro, 1.º cad.
- HEBINCK, FREI JÚLIO & VITTE, PADRE JÚLIO  
1971 — **Relatório de uma missão de "Desobri-  
ga" realizada entre 27 de abril a 15 de  
maio de 1971, sobre populações do Ama-  
zonas e Mato Grosso**. 13p. (inédito).
- I.B.G.E. Delegacia de Mato Grosso, Município de  
1969/75 — Aripuanã, **resenha informativa, pe-  
ríodo 1969/75, Cuiabá** (inédito)
- Índios mataram em defesa de seu território. **Jornal**  
1971 — **do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 de novem-  
bro.
- INSTITUTO EVANDRO CHAGAS  
1975 — Relatório das pesquisas biomédicas rea-  
lizadas em Humboldt, MT, ofício 125/75,  
de 20/02/1975 (inédito).
- Invasão selvagem de branco põe em pânico Cin-  
1971 — tas-Largas. **Jornal do Brasil**, Rio de Ja-  
neiro, 12 e 13 de dezembro.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE  
1948 — The Tupi-Cawahib, In: Handbook of  
South American Indians. **Bull. Amer.  
Ethnol**, Washington, 143(3) : 299-305.
- Lições de Selva. **Revista Veja**, São Paulo, 6 de  
1972 — setembro.
- LOMBA, PEDRO PAULO  
1973a — Projeto Aripuanã. Raciocínio ocupacio-  
nal para a região. **Bol. Geogr.**, Rio de  
Janeiro, 32(237):71-76, nov./dez.  
1973b — A cidade-laboratório de Humboldt. No-  
tas preliminares mas razoavelmente de-  
finitivas. **Bol. Geogr.**, Rio de Janeiro,  
32(237):77-82, nov./dez.  
1975 — A verdadeira história de Humboldt.  
**Opinião**, Rio de Janeiro, 19 de setem-  
bro, p. 6, entrevista a Marco Aurélio  
Borba.

Mato Grosso, do garimpo ao computador. Balanço do governo José Fragelli. s.d. Rio de Janeiro, Gauavira. ilustr.

MATO GROSSO. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

1971 — Anuário estatístico, Goiânia, Rio Bonito.

1972 — Anuário estatístico, Goiânia, Rio Bonito.

1973 — Anuário estatístico, Goiânia, Rio Bonito.

MATO GROSSO. Sinopse preliminar do censo demo-

1971 — gráfico, VIII recenseamento geral, 1970, Rio de Janeiro, IBGE. 77 p. mapa.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Projeto Aripuanã. Brasília. 1973a — sília. 96p. mapas (inédito).

1973b — Projeto Aripuanã, fase II. Brasília. (inédito).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

1973 — Projeto Aripuanã. Brasília. (folheto informativo) 6 p.

NIMUENDAJU, CURT

1948 — The Cawahib parintintin, and their neighbors. In: Handbook of American Indians. Bull. Amer. Ethnol., Washington, 143(3):283-297. ilustr.

O Projeto Aripuanã. Revista Veja, São Paulo, 28 de 1973 — agosto, p. 53.

PACHECO. TÂNIA

1975 — A ocupação entre boatos e ameaças. Opinião, Rio de Janeiro, 19 de setembro, p. 7.

SAUNDERS, JOHN

1974 — The population of the Brazilian Amazon Today. In: Wagley, Charles Man in the Amazon. Gainesville, University presses of Flórida, p. 160-180.

SUDECO

1975/77 — Programa de polos agropecuários e agrominerais da Amazônia, Polamazônia, Documento de base, plano de ação. 228 p.